

# **AS POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL NA CONCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE FLORIANO-PI: UM OLHAR SOBRE OS REFERENCIAIS CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL.**

**Prof<sup>ª</sup> Msc Carmen Lúcia de Sousa Lima-UFPI**

Email: carmenlima5@yahoo.com.br

Graduanda Curso de Pedagogia **Rebeca Araujo Carvalho Nascimento**

Email: rebecalandmark@hotmail.com

## **RESUMO**

O objetivo deste artigo é analisar as políticas para a Educação Infantil na rede municipal de ensino de Floriano-PI, com foco na análise das concepções de professores (as) acerca dos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Inicialmente faremos considerações iniciais sobre a importância de ampliar a discussão sobre tais documentos. Além disso, refletiremos acerca da atual configuração da Educação Infantil e suas perplexidades, tecendo algumas análises críticas sobre o modelo nacional de currículo adotado e a maneira como este foi e vem sendo concebido por professores (as) da Educação Infantil de todo o País, com destaque para os professores da Educação Infantil Municipal de Floriano-PI. Para isso, aplicamos questionários com questões abertas e fechadas com 6 (seis) professoras que atuam nesse segmento da educação, o que nos permitiu inferir que nenhuma das professoras questionadas acerca dos conhecimentos sobre os RCNEIS, tem uma concepção clara do que sejam os mesmos. Para esse estudo utilizamos as contribuições de teóricos como Almada (2007), Aquino; Vasconcellos (2005), Cerisara (2005), Kuhlmann Jr.(2005), Palhares; Martinez (2005), dentre outros.

**Palavras - Chave:** Referenciais. Educação Infantil. Currículo.

## **1 Considerações iniciais**

Este artigo tem como objetivo analisar as políticas para a Educação Infantil da rede municipal de ensino, em Floriano, tendo como preocupação principal analisar a concepção dos professores (as) que atuam nesse segmento da educação sobre o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – RCNEI, documento legal que tem como função subsidiar a elaboração de projetos educativos, o planejamento e o funcionamento das creches e escolas infantis de todo o país.

As políticas voltadas para a Educação Infantil são uma temática que vem ganhando espaços significativos tanto em âmbito nacional, quanto estadual e municipal, tendo em vista a elaboração e aprovação de um conjunto de documentos implementados para esse setor que vem contribuindo com a ampliação do eixo de discussão que emana tanto dos organismos nacionais como internacionais. Entretanto, percebemos ainda, um certo desconhecimento, por parte da sociedade, bem como dos profissionais da educação acerca dessas políticas, tendo em vista a pouca atenção dada à Educação Infantil ao longo dos anos. A partir do exposto, cabe a seguinte indagação: Qual a concepção que os profissionais da Educação Infantil possuem acerca dos RCNEIS enquanto política que norteia a Educação Infantil? Os professores da educação infantil utilizam os RCNEIS na sua prática pedagógica? Em busca de respostas a essas indagações faremos inicialmente, uma análise da atual configuração da Educação Infantil no que concerne ao novo ordenamento legal que dá suporte a esse nível de ensino. Em seguida, serão analisadas as concepções dos profissionais da Educação Infantil sobre os RCNEIS no cenário da Educação Infantil pública no município de Florianópolis.

## **2 A atual configuração da Educação Infantil e suas perplexidades**

A Educação Infantil no Brasil, nas últimas décadas tem sido objeto de muitos estudos, discussões e debates em torno dos efeitos e conseqüências trazidos pelos dispositivos legais para esse segmento da educação. No aspecto legal, tanto a Constituição Federal de 1988, como a Lei 9394/96 reconhecem como direito da criança pequena o acesso à educação em creches e pré-escolas. Dessa forma, a concepção de criança como sujeito de direitos se faz presente nesses documentos legais.

Para alguns estudiosos como Almada (2007) é considerada uma grande conquista para a Educação Infantil o fato de que esta deverá fazer parte da educação básica, assim como o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Com isso, a Educação Infantil se desvincula dos órgãos de assistência social. Desse modo, obrigatoriamente, surgiu a necessidade de elaboração de propostas pedagógicas voltadas para essa etapa da educação, da mesma forma que nas demais etapas da educação básica. Assim é que o Ministério da Educação (MEC) lançou o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, integrante da série Parâmetros Curricular Nacionais. Ainda de acordo com Almada (2007, p.106), “este referencial foi concebido para servir como guia de reflexão sobre os objetivos, conteúdos e orientações didáticas para as escolas e os profissionais”.

A proposta dos referenciais embora seja aparentemente considerada um guia de reflexões, é passível de uma série de análises críticas, tendo em vista a própria concepção hegemônica imprimida a esse documento, bem como o processo de discussão que referendou a sua elaboração. Assim é que ao analisar os pareceres que serviram de base para a preparação da versão preliminar do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), Kuhlmann Junior (2005, p.52), considera que:

O Referencial Curricular Nacional terá um grande impacto. A ampla distribuição de centenas de milhares de exemplares às pessoas que trabalham com esse nível educacional mostra o poder econômico do Ministério da Educação e seus interesses políticos, muito mais voltados para futuros resultados eleitorais do que preocupados com a triste realidade das nossas crianças e instituições. Com isso, a expressão no singular – referencial – significa, de fato, a concretização de uma proposta que se torna hegemônica, como se fosse única.

Com essas reflexões podemos constatar que de fato, trata-se de um documento com caráter de controle, tendo em vista a justificativa de um currículo nacional que de certa forma, passa a privilegiar àqueles que se encontram em posição de vantagem na estrutura social não refletindo dessa forma, as ideias e necessidades dos demais grupos sociais.

Contribuído com essas reflexões, Aquino e Vasconcellos (2005) consideram que o RCNEI, embora tenha incorporado as ideias que colocam a criança como foco da ação educacional foi um documento que teve tanto no seu processo de elaboração como na sua divulgação pelo MEC, um caráter vertical e unidirecional. Ou seja, trata-se de um documento produzido pelo MEC e equipe de especialistas resultando assim, em um modelo de currículo para ser meramente executado pelos professores (as) sem proporcionar com isso, espaços para o debate e reflexão sobre o referido documento.

Nessa perspectiva, o modelo de currículo nacional adotado reflete um estilo autoritário na medida em que na visão de Aquino e Vasconcellos (2005, p.114):

Termina por negar a liberdade de expressão, organização e autonomia dos sistemas de ensino e seus professores. Além disso, um currículo nacional, e não *currículos*, como aparece expresso na LDB, art.26, silencia as vozes, particularmente aquelas que expressam e denunciam as desigualdades sociais.

Nesse sentido, entendemos que a perpetuação de práticas pouco democráticas é uma constante no planejamento das políticas educacionais. Como vimos na Educação Infantil não é diferente. Via de regra, essas políticas, como é o caso dos currículos, são por demais comprometidas com o modelo econômico vigente associado à lógica capitalista.

Ainda, segundo Aquino e Vasconcellos (2005) outra questão passível de análises está relacionada à concepção de direito e cidadania das crianças pequenas, previstos no RCNEI, bem como, a participação da sociedade no processo de discussão e elaboração desse documento. Além disso, salientam as autoras, é preciso que se verifique se este documento contribui ou não para o exercício da cidadania das crianças, pois entendem que a concepção de direito e cidadania da infância que os RCNEIS apresentam é muito limitada.

Nesse sentido, ao analisar o RCNEI juntamente com os dispositivos legais que garantem o direito e a cidadania das crianças, Aquino e Vasconcellos (2005, p.103) partem do pressuposto que:

Na introdução do volume I é registrada a existência do ECA e são enfatizadas as conquistas legais no que diz respeito ao fato de a Educação Infantil ser um direito da criança e dever do Estado, expressos no art.208, inciso IV da Constituição Federal de 1988 e em vários artigos da LDB. No que se refere ao ECA, só se deu destaque ao que diz respeito ao *direito da criança a este atendimento* (creche e pré-escola), não firmando o fato de esta lei ter uma ampla abrangência quanto aos diferentes aspectos do direito das crianças e dos adolescentes, o que lhes garante, no plano legal, a condição de direito e cidadania. [...] Nos outros dois volumes não são desenvolvidas as idéias de cidadania e suas conquistas, não apresentando em suas discussões e orientações didáticas a possibilidade do tema ser abordado junto às crianças. Parece que a concepção presente de cidadania está mais no campo de um ideal (preparação para o exercício) que de concretude.

Percebemos nesse sentido, que o RCNEI embora expresse no seu texto, orientações pedagógicas no sentido de ampliar e promover o exercício da cidadania, não assegura, porém, essa condição, mas apenas o direito ao atendimento em creche e pré-escola, não se configurando, portanto, em um direito concreto.

Em conformidade com Aquino e Vasconcellos (2005), no que se refere à participação da sociedade na elaboração do documento, é importante destacar que não houve condições de participação, flexibilidade por parte da sociedade. Essa ideia é reforçada no contexto da reforma do Estado e da tese do estado mínimo, que na esfera educacional, se fez, por exemplo, com a extinção das Delegacias Regionais do Mec/Demec, órgãos que serviam de interlocução e suporte para os sistemas regionais de ensino. Com o fim desses interlocutores, surgiram canais de comunicação como as teleconferências e a TV escola, propiciando a comunicação direta entre a comunidade educacional, leia-se (professores, familiares, estudantes, etc) e o poder central (MEC).

Com isso, sugere-se que a educação descaminha para interesses meramente econômicos, na medida em que se criou a possibilidade da população “reclamar ou sugerir”

quando não gostasse do “produto”, transformando dessa forma, a educação em mercadoria e os professores, alunos em consumidores.

Um aspecto que nos parece importante analisar no RCNEI, refere-se ao fato da Educação Infantil ser acordada no documento como ensino, aparentemente articulada ao ensino fundamental, mas na visão de muitos pareceristas, “na verdade, acaba tratando a educação infantil, como algo subordinado ao mesmo” CERISARA (2005, P.28). Com isso, o risco de reduzir a educação infantil à escolarização precoce das crianças é premente no documento.

Nesse sentido, a referida autora explica que grande parte dos pareceristas está de acordo com a afirmação de que o RCNEI possui uma concepção abstrata e reducionista, tendo em vista que a criança é vista meramente como aluno. Embora tenha uma concepção de construção histórico-social, o documento não vê a criança como alicerce da educação, mas, restringe a criança a um “sujeito escolar” em detrimento do “sujeito criança”.

Com efeito, isso ocasionará conseqüentemente na desvinculação ou até mesmo redução de custos com a Educação Infantil, pois é sabido que a mesma possui um custo mais elevado em relação aos demais níveis da Educação Básica. Isso fere, inclusive, princípios legais no que concerne ao atendimento das necessidades, cuidados e atenções que a criança precisa ter nessa faixa etária.

### **3 O cenário da Educação Infantil Pública no município de Florianópolis: Concepções de professores (as) sobre os RCNEIS.**

Com o intuito de compreender qual a concepção dos (as) professores (as) da Educação Infantil acerca dos RCNEIS e como eles (as) o utilizam na sua prática pedagógica, aplicamos questionários com questões abertas e fechadas com 6 (seis) professoras que atuam na educação infantil em três escolas da rede pública municipal de ensino, sendo que estas escolas atendem crianças que compreende a faixa etária de 3 a 5 anos (do maternal até a pré-escola). O questionário aplicado foi distribuído em categorias que nos forneceram dados sobre formação, tempo de atuação no magistério infantil e sexo dos sujeitos entrevistados. Através desse instrumento de coleta de dados, constatamos que todas as professoras entrevistadas possuem curso superior completo, a maioria com especialização concluída na área da educação e outras em andamento, conforme quadro 01 a seguir:

<b>Professor (a)</b>	<b>Formação</b>	<b>Tempo de atuação na Educação Infantil</b>	<b>Sexo</b>
PA	Licenciatura Plena em Pedagogia-Cursando Especialização em Educação Infantil	3 anos	F
PB	Licenciatura em Normal Superior	4 anos	F
PC	Licenciatura Plena em Pedagogia –Espec. em Psicopedagogia, cursando Espec. em Educação Infantil	7 anos	F
PD	Licenciatura Plena em Pedagogia- Espec. em Literatura Infantil e Gramática	4 anos	F
PE	Licenciatura em Normal Superior-Especialização em Educação Especial	3 anos	F
PF	Licenciatura em pedagogia – Espec. em Docência do Ensino Superior e Supervisão Pedagógica	2 anos	F

**Quadro 01: Perfil das professoras da Educação Infantil com relação a formação, tempo de magistério e sexo.**

No que concerne à formação das professoras, sujeitos da investigação podemos inferir que as políticas voltadas tanto para a formação inicial quanto continuada tem tido efeitos positivos, tendo em vista que na amostra pesquisada, dos 6 (seis) sujeitos entrevistados todos possuem graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia e Normal Superior, cursos estes que segundo a Lei 9.394/96 habilitam o(a) professor(a) a atuar na Educação Infantil. O que nos permite concluir que o aspecto relacionado à formação inicial do professor é considerado importante para a qualidade da Educação Infantil. Entretanto, no que tange à formação continuada na área de Educação Infantil, percebemos que há lacunas diante da constatação de que somente metade das professoras, ou seja, apenas três delas, disseram receber esse tipo de formação.

Embora não seja o foco da pesquisa, constatamos, na amostra pesquisada, um número expressivo de mulheres na Educação Infantil, ou seja, todos os sujeitos da pesquisa são do sexo feminino. Ao analisar a variável gênero, nos apoiamos nas considerações advindas da pesquisa de Lima (2008), intitulada “Fazer de gênero e Fazer pedagógico: Como se

entrecruzam na Educação Infantil” ao refletir acerca da presença majoritária de mulheres no magistério infantil, os resultados da pesquisa apontam para o fato de que não é só porque há mais mulheres na ocupação, que a profissão é feminina, mas porque exerce uma função de gênero feminino vinculada á esfera da produção e reprodução de vida: cuidar e educar crianças pequenas.

No instrumental utilizado nesta pesquisa, tivemos a preocupação de saber quais as impressões dos professores sobre os RCNEIS e como se apropriavam deles, aspectos que apresentamos no quadro 02, logo a seguir.

<b>O que são os RCNEIS</b>	<b>Como utilizam</b>	<b>Contribuições para a prática</b>	<b>Eixos temáticos utilizados</b>
Desenvolvimento da identidade e autonomia.	Necessidades e realidades do educando	Parcialmente, faltam recursos.	Temas da realidade da criança.
Proporciona a aprendizagem	De acordo com a realidade	Recursos insuficientes	Conteúdos da realidade da criança
Documento orientador	Construindo conhecimento	Relação entre cuidar, brincar e educar	Movimento, matemática, artes, linguagem oral e escrita, natureza e sociedade.
Norteador das ações	Na construção de valores e brincadeiras	Dá segurança	Linguagem oral, escrita e movimento
Perspectiva construtivista	Nos planejamentos	Guia o trabalho	Construção do mundo/socialização
Suporte para o professor	Nos conteúdos	Dinamizam a aula	Cuidar

**Quadro 02: Concepções de professoras da Educação Infantil sobre os RCNEIS, extraído de entrevistas com professoras da Educação Infantil Municipal de Floriano-PI.**

Com base no exposto no quadro acima, podemos inferir que apesar da formação ser direcionada à área pedagógica, pois todas as professoras são egressas de cursos como pedagogia ou normal superior, ainda assim, essas professoras apresentam déficits relacionados aos conhecimentos que norteiam a prática pedagógica no magistério infantil, no caso os RCNEIS.

Isso nos leva a inferir que essa formação não contempla os conhecimentos específicos para o desenvolvimento da prática, pois por se tratar de profissionais qualificados, demonstram possuir poucos conhecimentos sobre os RCNEIS. Isso se confirma quando a maioria das professoras afirma conhecer e utilizar tais referenciais na sua ação pedagógica, no

entanto, ao serem interrogadas sobre suas concepções acerca dos RCNEIS, constatamos que há certa distância entre o que dizem conhecer e o que demonstram nas suas concepções acerca dos referenciais, como podemos ver na fala de uma das professoras, a seguir.

“É de fundamental importância porque através deles se tem o norte certo para desenvolver todas as potencialidades das crianças, no momento certo” (Professora D).

Percebemos que nenhuma das professoras questionadas acerca dos conhecimentos sobre os RCNEIS, tem uma concepção clara do que sejam os mesmos. Estas julgam os referenciais como “algo” importante, definindo-os como norteadores do trabalho pedagógico e como algo ligado à autonomia, identidade e potencialidades dos alunos. Percebe-se ainda, que elas possuem dificuldades em compreender os RCNEIS, sob a ótica de um documento legal.

Já na resposta de outra professora, ficou evidente, que a mesma refere-se aos RCNEIS como um documento, como assim se expressa:

“[...] Professores com conhecimento desse documento e domínios na sua área de atuação, cuidam do físico e intelecto de cada criança” (professora C).

Esse depoimento, por um lado, revela que embora a professora reconheça o RCNEI como um documento que norteia o trabalho do (a) professor (a) da Educação infantil, que esses componentes constam no documento legal e servem como parâmetro e orientação para sua prática, por outro, demonstra uma visão reducionista sobre a prática de cuidado no magistério infantil, expondo uma concepção de educação apenas para o conhecimento, sem uma preocupação com o desenvolvimento.

Contribuindo com essa discussão Lima (2010, *apud* CERISARA, 2003) ao analisar os discursos pedagógicos constantes no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) nos oferece uma concepção mais ampla, ao explicar que esse documento, ao referir-se ao cuidado, deixa bem claro que deve ser encarado como parte integrante da educação, que o desenvolvimento integral depende tanto dos cuidados relacionais que envolvem a dimensão afetiva, quanto dos cuidados com os aspectos biológicos do corpo.

Observamos que de forma geral, todas as professoras entrevistadas afirmaram conhecer os RCNEIS. Com isso procuramos identificar de que forma elas utilizam esses referenciais na sua prática pedagógica. Neste aspecto, as professoras disseram utilizá-los em



situações de planejamento e adaptando-o à realidade de seus alunos, ou fazendo uso de apenas alguns conteúdos, conforme podemos verificar nos depoimentos abaixo:

“Planejamento feito na secretaria baseado nos RCNEIS, trazendo para a realidade das crianças” [...] Pôr em prática os conteúdos. (Professora E).

“Na realização das minhas atividades do dia-a-dia onde são elaboradas justamente dentro da realidade da minha clientela, seguindo alguns dos princípios que regem nos RCNEIS” (Professora F).

Conforme podemos perceber, as respostas das professoras nos dão indicativos de que embora procurem contemplar a realidade dos educandos nas suas atividades de planejamento e prática, os referenciais não dão esse suporte. Segundo Palhares e Martinez (2005) as autoras apontam que embora em seu discurso o referencial procure considerar a importância e a diversidade das situações sociais no país, efetivamente não colabora para uma identificação de como seriam os diálogos com as propostas construídas no cotidiano de cada local. E concluem afirmando que consideram imprescindível a participação ativa e transformadora das pessoas que compõem a rede dinâmica das instituições de Educação Infantil.

Ainda, no aspecto da utilização dos RCNEIS na prática pedagógica das professoras entrevistadas buscamos perceber, a partir das suas respostas, quais as contribuições dos referenciais no aperfeiçoamento do seu trabalho. Todas as entrevistadas reconhecem que o documento colabora com o desenvolvimento da sua prática. Dessa forma, elencaram como contribuições a sua prática pedagógica: segurança, informações/orientações, como instrumento dinamizador das aulas:

“Me dá segurança no que eu estou fazendo”(Professora D).

“Eles contribuem dinamizando as aulas” (Professora E).

Todavia, percebemos que um das professoras entrevistadas, não consegue perceber as contribuições do documento para sua prática pedagógica, ela o concebe apenas como um recurso material a mais e que este é insuficiente, conforme expressa nas suas fala que:

“Os recursos repassados, ainda são insuficientes para se trabalhar o educando em toda a sua esfera, procuro trabalhar de forma a retirar dos alunos o melhor” (Professora B).

Outro aspecto que procuramos analisar refere-se à estrutura dos RCNEIS e sua composição. Partindo da premissa dos conhecimentos dos RCNEIS por parte das entrevistadas, procuramos identificar dentre os eixos temáticos contemplados no documento, quais deles são utilizados na realização das aulas. As professoras expressaram os seguintes pareceres:

“Sim, Artes, Educação Física, Linguagem através de símbolos, (0 a 3 anos), construção de mundo é a mais utilizada, a socialização”(Professora B).

“Partindo daí se trabalha com mais ludicidade, na matemática, na música, Movimento, Artes Visuais, Linguagem Oral e Escrita e Natureza e Sociedade” (Professora C).

Percebemos por parte das professoras entrevistadas uma confusão conceitual entre eixo, dimensão, âmbitos de experiência e princípios, compreendidos por estas, como sinônimos de trabalho. Somente duas professoras mostraram conhecer os eixos temáticos.

É interessante ressaltar que embora cinco das seis professoras entrevistadas dissessem conhecer e utilizar os RCNEIS, concluímos que elas não têm clareza conceitual sobre o documento, tampouco de como ele se estrutura. Se considerarmos que, de acordo com as entrevistas as professoras têm pouca autonomia pedagógica então, deduzimos que os eixos temáticos sugeridos pelos RCNEIS, são pouco utilizados na prática.

Logo, se estão trabalhando com alguns eixos temáticos, não o fazem por seguir a orientação proposta pelos RCNEIS, mas a partir de suas experiências e saberes adquiridos em sala de aula. Neste sentido, Cerisara (2005), explica que essa indefinição e confusão conceitual podem estar relacionadas à linguagem empregada no documento.

#### **4 Considerações finais**

A tarefa desse artigo foi fazer uma análise entre olhares nacionais e regionais acerca do processo de discussão e elaboração dos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, bem como, da concepção dos (as) professores (as) que atuam na Educação Infantil da Rede Pública Municipal de Floriano, considerando que esses documentos estão em vigor há mais de uma década, nos propusemos a investigar se esses (as) professores (as) conhecem a estrutura, os princípios e eixos temáticos e como os utilizam em sua prática pedagógica.

Não podemos negar que houveram avanços na área da educação infantil, com a elaboração do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), pois até então não existia nenhum tipo de escritos sobre Educação Infantil em âmbito federal. Todavia, chamamos a atenção para o fato de que embora tenham sido concebido com avanços na área específica, por produzir textos que poderiam servir de suporte para a elaboração de propostas em todo o Sistema Educacional Brasileiro, o que nos preocupa é a forma como o Referencial foi e ainda é concebido por muitos profissionais da educação. Como um manual que deve ser seguido à risca, muitas vezes sem considerar os saberes da experiência, a realidade educativa do cotidiano da prática escolar.

Outra questão que nos permitimos levantar é que, se todas as professoras possuem curso superior e ainda assim, não tem conhecimento claro dos RCNEIS, esse desconhecimento pode estar agravado pelo fato de que o documento enviado pelo MEC não chegou às escolas, como nos afirmou um dos sujeitos da pesquisa. “A escola não possui”, ou de acordo com discurso da professora, “são insuficientes para atendermos a clientela”.

## REFERÊNCIAS

ALMADA, F. de A. C. de. Educação Infantil e Cidadania: desafios da Pedagogia na (Pós) Modernidade. In: HERMIDA, J. F. (org.). – **Educação Infantil: políticas e fundamentos**. – João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007.

AQUINO, L. M.L. de. ; VASCONCELLOS V. M. R. de. Orientação Curricular para a Educação Infantil: Referencial Curricular Nacional e Diretrizes Curriculares Nacionais. In: VASCONCELLOS, V.M.R. de (org.). **Educação da infância: história e política**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

BRASIL. **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília-DF: 1988.

\_\_\_\_\_. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: <<http://www.in.gov.br>>. Acesso em: 2 out.2006.

\_\_\_\_\_.Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília-DF, 1998.

CERISARA, A.B. A produção acadêmica na área da Educação Infantil com base na análise dos pareceres sobre o Referencial Curricular nacional da Educação Infantil: primeiras aproximações. In: FARIA, A.L.G de; PALHARES, M.S. (Orgs.). **Educação Infantil Pós-LDB: rumos e desafios**. Campinas-SP: Autores Associados, 2005.

KUHLMANN JR., M. Educação Infantil e Currículo. In: FARIA, A.L.G de; PALHARES, M.S. (Orgs.). **Educação Infantil Pós-LDB: rumos e desafios**. Campinas-SP: Autores Associados, 2005.

LIMA, C. L. de S. **Fazeres de Gênero e Fazeres pedagógicos: como se entrecruzam na Educação Infantil**. Teresina: 2008.159 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós Graduação em Educação, Teresina: Universidade Federal do Piauí, 2008.

\_\_\_\_\_. Educadoras de Crianças Pequenas: uma profissão em construção a partir das práticas do educar e do cuidar. In: BOMFIM, M. do C. A. do; MATOS, K. S. A. L. de; GOMES, A. B. S.; SANTOS, A. C. de S. (Orgs.) **Educação e Diversidade Cultural**. – Fortaleza: Edições UFC, 2010.

PALHARES, M. S.; MARTINEZ, C. M.S. A. Educação Infantil: uma questão para o debate. In: In: FARIA, A.L.G de; PALHARES, M.S. (Orgs.). **Educação Infantil Pós-LDB: rumos e desafios**. Campinas-SP: Autores Associados, 2005.